



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 03 de janeiro de 2024.

A

SRA. GÉSSICA NATANA FERREIRA CABRAL

Assessora Municipal

Ref. Pregão Eletronico nº 053/2023

Encaminha-se a Assessoria Jurídica do Município de São José das Palmeiras, para que se manifeste através de parecer jurídico acerca do Recurso Administrativo interposto pela empresa SHARK LICITAÇÃO, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA e também se manifeste sobre o Recurso e Contra Razão apresentado pela empresa PRESTARE COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA -ME .

Segue os documentos os documentos acima mencionados


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
DAS PALMEIRAS/PR**

*PREGÃO ELETRÔNICO 53/2023
PROCESSO LICITATÓRIO 96/2023*

SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA., sociedade empresária limitada unipessoal inscrita no CNPJ sob o nº 45.721.815/0001-06 e sediada na Praça da Sé, 399, 5º andar, sala 502, Sé, São Paulo/SP, CEP 01001-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no item 19 do edital do pregão em epígrafe, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a habilitação das licitantes **RENOVO MOTORS LTDA.**, **SMART MG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.** e **PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, com base nos fundamentos que seguem:

I – ADMISSIBILIDADE

1. A Recorrente manifestou imediata e motivadamente sua intenção de recurso e agora, no prazo contemplado no edital (item 19.3), apresenta as razões recursais.

2. Logo, o recurso deve ser admitido.

II – RAZÕES

3. É de rigor a **INABILITAÇÃO das Recorridas**, porque **elas NÃO ofertaram veículos que atendessem a condição mínima do edital (item 28.2.12, assim como especificações mínimas descritas no ANEXO I e no termo de referência), que se refere à GARANTIA DOS PRODUTOS.**

4. Afinal, **as Recorridas ofertaram veículos transformados e era necessário que cada uma delas comprovasse a homologação do transformador pela montadora, o que NÃO foi feito.** Isso, por óbvio, compromete a garantia exigida pelo edital por 12 (doze) meses, vindo a prejudicar o Poder Público, que não poderia, em hipótese alguma, reclamar contra algum vício que porventura fosse detectado nos veículos das Recorridas.

5. Ignorar esse fato é, acima de tudo, violar o **princípio da isonomia** e o da **competitividade**, bem como o da **supremacia do interesse público**. Sem contar a ofensa do da **vinculação ao edital**.

6. Não esqueçamos ainda o **juízo objetivo** que precisa imperar.

7. A Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, **impeccabilidade**, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

(...)

(grifamos)

8. A Lei nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da **proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da **impeccabilidade**, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do **julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos. (grifamos)
(...)

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
(...)

9. Na seara do Egrégio **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, por exemplo, encontramos julgados na linha do asseverado pela Recorrente. Notemos o que o Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Relator Angelo Malanga, da Colenda 3ª Câmara de Direito Público daquele Pretório, consignou, citando **MARÇAL JUSTEN FILHO**, no seu voto proferido por ocasião do julgamento da Apelação nº 0167512-62.2010.8.26.0000:

Assim, em que pese o desdobramento das licitações em diversas fases, não se pode olvidar que a seqüência procedimental acarreta autonomia relativa a cada uma delas. Eventual vício ocorrido na fase de lances certamente contamina as etapas subseqüentes do certame. Colaciona-se aqui o entendimento de Marçal Justen Filho sobre o tema:

*"Por isso, alude-se a uma autonomia relativa entre as diversas fases e etapas do procedimento licitatório. A expressão 'relativa' significa que, como regra, a competência para prática do ato se exaure no âmbito da etapa correspondente. Como cada etapa possui uma destinação certa e definida, o encerramento de uma fase é obstáculo a que a matéria volte a ser versada. Porém, o **fundamento de validade de uma etapa consiste no esgotamento da anterior, de modo válido. Logo, um ato viciado poderá produzir efeitos sobre todos os subseqüentes, ainda que esses, isoladamente considerados, não apresentem qualquer defeito. Isso se passa quando a validade do ato posterior pressupuser a validade do anterior. [...] A licitação, por se tratar de um procedimento, individualiza-se como uma seqüência ordenada de fases. Cada***

fase se caracteriza pela concentração das atenções em determinados ângulos do problema, visando atingir certas finalidades específicas. Pode estudar-se cada fase de modo isolado. É possível verificar que cada fase se orienta a um determinado objetivo e segue determinadas formalidades e princípios. Porém, o isolamento de cada fase prejudica a compreensão e a interpretação das regras que disciplinam o procedimento. Ao dissociar a solução do problema em fases, o resultado é uma seqüência de pequenos problemas resolvidos de modo isolado. Reduz-se a complexidade de um grande problema através de seu fracionamento em uma série de pequenos problemas. [...] Enfim, a Administração não poderá ignorar os eventos ocorridos antes da fase de julgamento, que condicionarão a decisão a ser adotada. Justamente por isso, o vício em uma fase anterior pode invalidar atos posteriores que, em si mesmos considerados, seriam totalmente válidos" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., Dialética, 2009, p. 498 e 563).

(grifamos)

10. O Exmo. Sr. Dr. Des. Rel. Fernão Borba Franco, da C. 7ª Câmara de Direito Público do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação nº 1004457-78.2018.8.26.0244, em seu voto, seguido por unanimidade e embasado em lição de **MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO**:

Acerca da obediência aos termos do edital de licitação, determina a Lei 8.666/93 em seus artigos 41, *caput*, e 43, V:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
(...)

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...)

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

Tais dispositivos referem o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sobre o qual leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

(Maria Sylvia Zanella di Pietro, Direito Administrativo, 19a ed., São Paulo:Atlas, p. 357) (grifamos)

11. Mantendo-se a habilitação das Recorridas, **também será ofendido o princípio da publicidade**, como visto.

12. Portanto, que **se inabilitem** as Recorridas.

III – PEDIDO

13. Ante o exposto, requer o **PROVIMENTO** deste recurso, **inabilitando-se** as Recorridas, diante de **flagrante violação ao edital**, além de **grave risco ao interesse público**.

Pede deferimento.

São Paulo/SP, 18 de dezembro de 2023.

RODRIGO DA SILVA MAURICIO
CARRAZEDO:25826862807

Assinado de forma digital por RODRIGO DA
SILVA MAURICIO CARRAZEDO:25826862807
Dados: 2023.12.20 06:37:44 -03'00'

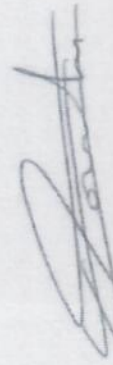
SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA.

Renault Pro+

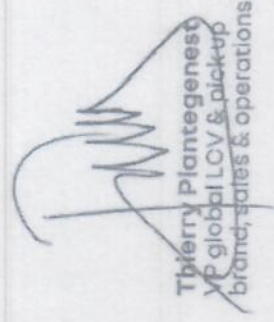
**Renault S.A.S certifies that
NIKS
received "Renault Pro+
certified converter" agreement**

certification valid for 3 years

São Paulo, 18/02/2022



Charles-Emmanuel Courtols
Head of Marketing Product &
Performance Brazil



Thierry Plantegenest
VP global LCV & pickup
brand, sales & operations





**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO,
DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR**

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023

PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificado no processo licitatório acima epigrafado, neste ato legalmente por seu representante legal abaixo assinado, vêm, respeitosamente, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

face à decisão tomada pelo Ilustre Pregoeiro, no âmbito de julgamento do pregão eletrônico acima epigrafado, o que se faz pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1- DOS FATOS

A ora RECORRENTE atendendo à convocação desse respeitável ente público, no âmbito do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023, cujo objeto é a “aquisição de 01 (um) veículo tipo ambulância, zero quilometro, destinado a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR”, participou deste certame licitatório apresentando os seus envelopes de proposta, a sua documentação de habilitação, e empreendendo um comportamento ilibado conforme estabelecido no edital.

Registre que ao final do julgamento do certame, o ilustre pregoeiro aceitou a proposta ofertada pela seguinte empresa:

Nome da empresa	Veículo ofertado
RENOVO MOTORS LTDA	Renault master minibus 23/24

Contudo, após lançarmos uma análise mais aprofundada acerca da proposta apresentada, outro não pode ser o entendimento senão de que a referida empresa deve ser desclassificada no certame, uma vez que não cumpriu as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

O edital assim preconiza:

ANEXO I
PROPOSTA DE PREÇO

(.....)

AQUISIÇÃO DE 01 (UM) **VEÍCULO TIPO**

AMBULÂNCIA, ZERO QUILOMETRO,
DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
DAS PALMEIRAS – PR .

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS

(.....) Acompanhado junto a proposta o
CCT (Comprovante de Capacitação
Técnica) conforme portaria 142 de 26/2019 INMETRO,
caso esteja vencido apresentar junto o Comprovante de
Sistema de Gestão de Qualidade, conforme "Portaria
190/2009". **Certidão de adequação e**

legislação do trânsito (CAT) Portaria

DENATRAN 190/2009, que deverá corresponder exatamente ao modelo do veículo ofertado na proposta comercial. A Entrega será feita somente por plataforma auto guincho.

GARANTIA DE FÁBRICA conforme manual do fabricante.

A seu turno, a empresa **RENOVO MOTORS LTDA**, apresentou o CAT que comprova tão somente a transformação de uma van furgão em van passageiro minibus 15+1 (a adaptação se resume tão somente à inclusão de bancos, revestimento e janelas no projeto original), **(DOC ANEXO)**, ou seja, trata-se de objeto diverso daquele que compõem o edital de licitação que no caso é uma ambulância.

MARCA/MODELO/VERSÃO: RENAULT/MASTER PL3 VRIOP
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO: 400282
MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: RENAULT/MASTER PRO L3
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: 300327
ESPÉCIE/TIPO: PASSAGEIRO/MICRO-ÔNIBUS
CARROÇARIA: NENHUMA
LOTAÇÃO: CONDUTOR + 15 PASSAGEIROS
CAPACIDADE DE CARGA: 1,333 t
PBT: 3,700 t
CMT: 3,700 t
QUANTIDADE DE EIXOS: 02
FABRICANTE: RENAULT DO BRASIL S.A.
TRANSFORMADOR: VRIO SOLUCOES SERVICOS DE MONTAGENS MOVEIS EIRELI
PAÍS DE FABRICAÇÃO/ORIGEM: BRASIL
IDENTIFICADOR INTERNACIONAL DO FABRICANTE (WMI): 93Y
CÓDIGO(S) VIN: *****

Logo, fica evidente que a licitante não atendeu ao edital de licitação especialmente porque o CAT apresentado é de um veículo passageiro/micro-ônibus e não traz qualquer segurança jurídica para a contratação e se trata de objeto distinto ao licitado. Dessa forma, segue o CAT da nossa empresa em termo de comparação o qual corresponde a marca, modelo, versão e objeto correspondente ao edital da municipalidade.



MARCA/MODELO/VERSÃO: RENAULT/MASTER BF AMB3
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO: 201314
MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: RENAULT/MASTER FURGAO L2
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: 200290
ESPÉCIE/TIPO: ESPECIAL/CAMINHONETE
CARROÇARIA: AMBULÂNCIA
LOTAÇÃO: CONDUTOR + 07 PASSAGEIROS
CAPACIDADE DE CARGA: 0,95 t
PBT: 3,50 t
CMT: 3,50 t
QUANTIDADE DE EIXOS: 02
FABRICANTE: RENAULT DO BRASIL S.A.
TRANSFORMADOR: B & F VEICULOS ESPECIAIS LTDA
PAÍS DE FABRICAÇÃO/ORIGEM: BRASIL
IDENTIFICADOR INTERNACIONAL DO FABRICANTE (WMI): 93Y
CÓDIGO(S) VIN: *****

Conforme se verifica a referida empresa não cumpriu o edital de licitação, e deveria ser desclassificada desde logo, sob pena de tal situação implicar desigualdade no certame e afrontar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório materializando ilegalidade.

POR DERRADEIRO, CASO A MUNICIPALIDADE MATENHA A ERRÔNEA DECISÃO INICIAL, REQUER SEJA AUTORIZADO QUE A PRESTARE ACOMPANHE A ENTREGA DO VEÍCULO OFERTADO PELA EMPRESA RENOVO.

Noutro vértice, também deverá ser obstaculizada a participação da empresa **SMART MG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA** no certame, sobretudo porque encontra-se penalizada nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei Federal 8.666/93 (declaração de inidoneidade), e, portanto, não pode participar de qualquer licitação realizada no âmbito da administração pública da federação brasileira.

Diante de todo o exposto, a decisão do ilustríssimo Senhor Pregoeiro merece ser reformada, haja vista que não se mostra consentânea as normas aplicáveis a espécie, e, tampouco, ao edital de licitação, situação que implica em ilegalidade conforme será adiante demonstrado.

2- DAS RAZÕES DA REFORMA

2.1 – DA CONDIÇÃO DE PENALIZADA OSTENTADA PELA EMPRESA SMART E DO SEU IMPEDIMENTO DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO.

No exórdio imperioso salientar que a empresa SMART MG COM. E REP LTDA, foi penalizada pelo Município de Itatiba/SP, com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93 –declaração de inidoneidade. **[DOC ANEXO]**

Menu Certidão Apenados + Criar Fazer login

Todas as ferramentas Editar Converter Assinar Localizar texto ou ferramentas

Todas as ferramentas

- Exportar um PDF
- Editar um PDF
- Criar um PDF
- Combinar arquivos
- Organizar páginas
- Adicionar comentários
- Solicitar assinatura eletrônica
- Dig. e conv. em texto
- Proteger um PDF
- Ocultar informação em um P...
- Comprimir um PDF
- Preparar form
- Preencher e assinar
- Ver mais

Converta, edite e assine eletronicamente formulários PDF

Teste gratuito de 7 dias

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE APENADOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo CERTIFICA que, de acordo com seus assentamentos, ressalvando-se os atos que sobrevenham a esta pesquisa, CONSTA(M), até a presente data, 21/12/2023, às 16h20, o(s) IMPEDIMENTO(S) DE CONTRATO/LICITAÇÃO listado(s) a seguir.

CRITÉRIO DE PESQUISA
CNPJ: 31.022.161/0001-00
Empresa: SMART MG COMERCIO & REPRESENTAÇÃO LTDA

RESULTADO DA PESQUISA

Órgão Apenador	Processo	Tipo Apenação	Observação	Início	Término
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA		Art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93 - declaração de inidoneidade	Descumprimento contratual, não realizou a entrega de objeto licitado. Conforme processo administrativo a data de término da sanção acompanha o prazo da suspensão temporária, assim termina em 13/01/2025	14/01/2023	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA		Art. 87, inciso III da Lei 8.666/93 - suspensão temporária/impedimento de contratar	Descumprimento contratual, não realizou a entrega do objeto licitado	14/01/2023	13/01/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO		Art. 7, da Lei 10.520/02	Inexecução total do contrato aplicando-se multa no montante de 10% e suspensão temporária do direito de licitar com a municipalidade	27/03/2023	27/03/2035

Av. Rangel Pestana, 315 - Centro - SP - CEP 01017-908
Telefone: (11) 3240-1285 www.tce.sp.gov.br

Página: 1 de 2

CERTIDÃO DE APENADOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo CERTIFICA que, de acordo com seus assentamentos, ressalvando-se os atos que sobrevenham a esta pesquisa, CONSTA(M), até a presente data, 21/12/2023, às 16h20, o(s) IMPEDIMENTO(S) DE CONTRATO/LICITAÇÃO listado(s) a seguir.

CRITÉRIO DE PESQUISA

CNPJ: 31.022.161/0001-00

Empresa: SMART MG COMERCIO & REPRESENTAÇÃO LTDA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESULTADO DA PESQUISA

Órgão Apenador Processo Tipo Apenação Observação Início Término
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

Art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93 –
declaração de inidoneidade.

Descumprimento contratual, não realizou a entrega de objeto licitado. Conforme processo administrativo a data de término da sanção acompanha o prazo da suspensão temporária, assim termina em 13/01/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITATIBA

Art. 87, inciso III da Lei 8.666/93 -
suspensão
temporária/impedimento de
contratar.

Descumprimento contratual, não realizou a 14/01/2023 13/01/2025
entrega do objeto licitado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTA CRUZ DO RIO PARDO

Art. 7, da Lei 10.520/02. Inexecução total do contrato aplicando-se 27/03/2023 27/03/2026
multa no montante de 10% e suspensão
temporária do direito de licitar com a municipalidade.

De acordo com a Súmula 51 do Egrégio Tribunal de Contas,
a sanção de inidoneidade tem os seus efeitos jurídicos abrangidos à toda a Administração
Pública. Vejamos:

SÚMULA Nº 51

**A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
(artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos
estendidos a todos os órgãos da Administração Pública,** ao
passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e
contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº
10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de
governo do órgão sancionador.

Com efeito, a empresa SMART não poderá participar de
qualquer licitação pública realizada no âmbito do território nacional, até que venha a obter
a sua REABILITAÇÃO junto ao órgão penalizador.

É exatamente isso que predispõe a Lei Federal 8.666/93, *in
verbis*:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a
Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao
contratado as seguintes sanções:

(.....)

V - **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
com a Administração Pública enquanto perdurarem os**

motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

E, registre-se que a manutenção dessa empresa na licitação é deveras temerária, sobretudo porque o ilustre pregoeiro poderá incutir em crime. Vejamos:

A seu turno o código penal, assim predispõe:

CAPÍTULO II-B

DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Contratação inidônea (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Muito embora esses dispositivos tenham sido inseridos no código penal com o advento na NLL – Lei Federal 14.133/2021, é cediço que as normas de direito penal possuem natureza, eficácia e aplicação imediata, motivo pelo já se encontram vigentes desde 2021.

Diante do exposto, não há dúvidas de que o pregoeiro municipal deverá afastar a empresa SMART do certame, **sob pena de sofrer responsabilização pessoal.**

Outrossim, o ilustre pregoeiro deverá instaurar processo sancionador em desfavor da referida empresa em especial porque o caso se amolda ao artigo 88 da Lei Federal 8.666/93. Vejamos:

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

(.....)

II - **tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;**

III - **demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**

Conforme se verifica a referida empresa não possui idoneidade para contratar com a Administração, e mesmo assim confluíu ao certame com o intuito de ludibriar a ínculta serventia, o que demonstra a prática de ato ilícito com a finalidade de frustrar o processo licitatório.

2.2 – DO DESATENDIMENTO AO SOLICITADO NO EDITAL E DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RENOVO MOTORS LTDA.

Com o devido respeito, pede-se vênica para consignar que o senhor pregoeiro ao aceitar a proposta da empresa ora impugnada (**RENOVO MOTORS LTDA**), agiu em descompasso com as regras editalícias.

O ato é falho, isto porque conforme será demonstrado houve erro na interpretação do direito. Ocorre que a sistemática jurídica adotada na modalidade pregão **pode seduzir a autoridade pública a dar primazia somente a questão econômica em detrimento de outros princípios de igual importância os quais deverão ser sopesados no caso a caso.**

Contudo, referido ato deverá ser anulado para que não se tenha uma ilegalidade no processo licitatório.

Ocorre que a Lei de licitações (Lei Federal 8.666/93, aplicável de forma subsidiária à modalidade Pregão) é norteadada por um rol de princípios os quais deverão ser harmonizados para que se tenha uma decisão razoável e proporcional, vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a **garantir a observância do princípio constitucional da isonomia,** a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável **e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade,** da publicidade, **da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do**

julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

De início curial registrar que um dos princípios que norteia o sistema licitatório é a **vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.**

Assim sendo, resta claro que a empresa ora impugnada apresentou documentos que integram a proposta e que demonstram a violação às especificações do edital de licitação.

Ora, se a referida empresa deixou de cumprir o edital de licitação, na medida em que não apresentou proposta e documentos conforme exigido, não pode ser aceita e classificada no certame licitatório.

Todavia, o ilustre pregoeiro de forma equivocada aceitou a proposta da referida empresa, situação essa que afronta o princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório e **implica em nulidade absoluta do certame.**

Acrescenta ainda que em face ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório o edital torna-se lei entre as partes, atrelando tanto a Administração quanto aos licitantes a rigorosa observância dos termos e condições do edital.

O edital, no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o objeto da licitação, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.

Esta norma-princípio encontra-se disposta no art. 41, caput da Lei 8.666/93: **“A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.** O edital, nesse caso torna-se lei entre as partes. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, **o da inalterabilidade**

do instrumento convocatório. De fato, a regra que se impõe é que, após publicado o edital, não deve a Administração promover-lhe alterações, salvo se assim o exigir o interesse público. Trata-se de garantia à MORALIDADE e IMPESSOALIDADE ADMINISTRATIVA, bem como ao PRIMADO DA SEGURANÇA JURÍDICA.

Na percepção de Diógenes Gasparini, “Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, á rigorosa observância dos termos e condições do edital”.

No mesmo sentido é o escólio de Flávio Amaral Garcia:

“O edital é a lei interna da licitação, e deve ser observado pela administração e pelos licitantes.[.....] Por força deste princípio as normas do edital vinculam duplamente: I – de um lado, o ente público e sua Comissão de Licitação que devem obediência ao que foi definido como regra no instrumento convocatório; II – de outro, os licitantes, que devem pautar sua atuação e a apresentação de documentos e propostas conforme as cláusulas previamente estabelecidas”. (Amaral Garcia, Flávio, Licitações e Contratos Administrativos: Casos e Polêmicas. 5ª Edição, Malheiros Editores. Pág 80). (grifo do autor)

A não vinculação do administrador aos estritos termos do edital, pode ser motivo para o JUDICIÁRIO interferir (mediante ação movida pelos interessados, bem como pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ou mesmo qualquer cidadão, pela AÇÃO POPULAR) fazendo com o ato contrário à lei seja anulado, restabelecendo-se a ordem no processo licitatório:

“EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TÉCNICO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. EDITLA. EXIG-ÊNCIA D EOFRMAÇÃO EMD IREITO, ECONOMIA, CIÊNCIAS CONTÁBEIS OU



ADMINISTRAÇÃO. CANDIDATO COM FORMAÇÃO
PSICOLOGIA. NÃO ADMISSIBILIDADE. **1. O**

**princípio da vinculação ao edital
impede a pretensão de mudar-se
qualquer exigência, dentre as quais a
de formação superior específica para a
área.**

2. Recurso a que se nega provimento." (STJ, ROMS
nº 6.161/RJ, 5ª T., Rel. Min. Edson Vidigal, DJU 07/06/1999).

No instrumento convocatório deverá constar, pelo menos: dia, hora e local da abertura, quem receberá proposta e as condições em que devem ser apresentadas, critério de julgamento, descrição objetiva do escopo da licitação, indicação de meio para esclarecimento de eventuais dúvidas, fornecimento de plantas, instruções, especificações, prazo de cumprimento, garantia e outros elementos necessários ao inteiro conhecimento do objeto da licitação.

As licitantes que, durante um procedimento licitatório deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no edital, **não apresentando qualquer documentação exigida ou não observando qualquer exigência veiculada,** estarão sujeitas a não ser consideradas admitidas ou poderão ser inabilitadas (art. 43, II e art. 48, inciso I da Lei Federal 8.666/93).

Destarte, minimizada estará a existência de surpresas, vez que as partes tomaram ciência de todos os requisitos, ou previamente estimaram o conteúdo das propostas, formulando-as de acordo com os princípios da isonomia e competitividade.

Desse modo, perceptível que os licitantes engajados no procedimento devem ter um tratamento adequado, onde não haja imprevisões de qualquer espécie.

O certame estará sempre vinculado às exigências previstas no edital restando margem mínima de liberdade para o administrador, geralmente de extensão irrelevante, o que não é o caso dos autos.

Portanto, a empresa impugnada, violou este princípio ao deixar de cumprir condição essencial e imprescindível para a determinação de sua classificação, pois se não fosse tão importante, sequer seria exigida no edital.

Com isso, houve a violação da lei interna da licitação, já que o edital (instrumento convocatório) é considerado por muitos juristas, com a lei desta.

Assim, o entendimento do **Colendo Superior Tribunal de Justiça:**

“1. Os requisitos estabelecidos no edital de licitação, lei interna da concorrência, devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente” (Resp nº 253.008/SP. DJ, 10.8.1994, p. 00004)

E mais:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes” (Resp nº 354.977/SC. DJU, 9.12.2002, p. 00213)

A referida empresa descumpriu exigência editalícia. A jurisprudência de nossos Tribunais é no sentido de que quando há exigência expressa no edital de documento este deve ser apresentado, sob pena de descumprimento ao instrumento convocatório e consequentemente a desclassificação e inabilitação.

Assim, destacam-se algumas decisões:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO, MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **DESCUMPRIMENTO DE ITEM DO EDITAL. LIMINAR QUE NÃO MERECE SER DEFERIDA.** NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO POR MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA.

(.....) Vistos.

- 1- Trata-se de agravo de instrumento interposto por SEMENTES LANNES LTDA – EPP em face da decisão do juízo da 1ª Vara de São Gabriel que, nos autos do mandado de segurança impetrado contra ato do PRESIDENTE DO INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROS – IRGA, Cláudio Fernando Brayer Pereira, indefere a liminar postulada (fls 187-87).
- 2- Consta expressamente no edital a exigência de certidão fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme item 4.4.1 (fl 45).

Descabe, pois, a recorrente fazer arrojado no sentido de ser possível também a certidão fornecida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pois viola o princípio da vinculação plena.

**Importa é que não
cumpru o requisito do
edital.”** (TJRS, Agravo de Instrumento nº

70061803748, j. 24.09.2014).



E mais:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. **DESCUMPRIMENTO DE ITEM DO EDITAL. EXCLUSÃO DO CERTAME. MEDIDA LIMINAR. INDEFERIMENTO.** AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS ALEGAÇÕES DA AGRAVANTE. O EDITAL N ° 16/2019 EXPRESSAMENTE ESTABELECE QUE, APÓS A SUBMISSÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA, SERÁ EMITIDO UM RECIBO ELETRÔNICO. ASSIM, TENDO EM VISTA QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS ESSE RECIBO, NEM OUTRA PROVA CAPAZ DE INDICAR QUE HOVE EFETIVAMENTE O ENVIO DO DOCUMENTO, RESTA INDEFERIDA A MEDIDA LIMINAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO”. (TJRS, AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 70059585596, J. 30.04.2014).

E mais.

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – **Mandado de Segurança que visa a anulação do ato que considerou a agravante inabilitada em licitação** – Decisão que indefere a liminar – Ausente o fumus boni iuris – **Os documentos acostados aos autos não demonstram de forma patente ter a agravante cumprido a exigência de capacitação técnica prevista no edital, motivo da inabilitação** - A nulidade posterior da licitação, no mais, acarreta nulidade de todos os atos dela derivados, pelo ausente periculum in mora – Por fim, a liminar é ato de livre convicção do Magistrado. Negada, caberá a revisão em segunda instância apenas em casos de abuso de



poder ou ilegalidade – Inocorrência – Ausência dos requisitos ensejadores da medida – Recurso desprovido”. (TJSP, Agravo de Instrumento n. 2116434-19.2015.8.26.0000, j. 18.8.2015).

Nesta toada, vejamos as seguintes jurisprudências do

Egrégio TJMG:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE. ILEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADA. - A conduta do pregoeiro deve ser pautada pela impessoalidade e garantir a igualdade entre os licitantes, em respeito às Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e aos princípios da administração pública. - Hipótese na qual a desclassificação da licitante parece devidamente fundamentada, porquanto a documentação por ela apresentada não parece comprovar a exequibilidade técnica de sua proposta. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.17.012934- 0/001, Relator(a): Des.(a) Alberto Vilas Boas , 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 10/10/2017, publicação da súmula em 11/10/2017)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO - INABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - ILEGALIDADE AUSENTE - PLAUSIBILIDADE DO DIREITO NÃO DEMONSTRADA - LIMINAR - IMPOSSIBILIDADE. Não restando comprovada a plausibilidade do direito alegado, uma vez que seria proporcional e razoável a desclassificação da agravada em razão da não comprovação do preenchimento das condições previstas no edital, o provimento do recurso é medida que se impõe.



Provido. (TJMG - Agravo de InstrumentoCv 1.0000.17.045106-6/001, Relator(a): Des.(a) Judimar Biber , 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 08/03/2018, publicação da súmula em 13/03/2018.

TJMG - Apelação Cível 1.0702.13.010375-3/001

Nessa decisão, o TJMG destacou que a verificação do atendimento aos requisitos técnicos mínimos do objeto da licitação é essencial para a garantia da qualidade e eficiência do serviço ou produto contratado, e que, portanto, a desclassificação de propostas que não atendem a esses requisitos é legítima e não viola a isonomia ou a competitividade.

TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.070524-1/001

Nessa decisão, o TJMG afirmou que a desclassificação de uma proposta que não atende aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no edital do pregão é legítima e não viola o direito de defesa do licitante, uma vez que o edital é claro em relação aos requisitos exigidos e o licitante tem o ônus de atender a todas as exigências do edital.

TJMG - Apelação Cível 1.0702.13.001426-8/001

Nessa decisão, o TJMG afirmou que a desclassificação de uma proposta que não atende aos requisitos técnicos mínimos do objeto da licitação não configura cerceamento do direito de defesa, pois o edital é claro em relação aos requisitos exigidos e o licitante tem o ônus de atender a todas as exigências do edital.

No mesmo sentido, o **Tribunal de Contas da União** já decidiu que a proposta de um licitante que não atenda a todos os requisitos técnicos mínimos exigidos no edital do pregão, deve ser desclassificada:



- TCU - Acórdão 3147/2014 – Plenário

Nesse acórdão, o TCU decidiu que uma proposta de licitante que não atendia a todos os requisitos técnicos mínimos exigidos no edital do pregão, deveria ser desclassificada. O TCU destacou que o edital é a lei interna da licitação e que o seu cumprimento é obrigatório para todos os licitantes.

TCU - Acórdão 2913/2015 – Plenário

Nesse acórdão, o TCU reforçou que o edital é a lei interna da licitação e que os licitantes devem cumprir rigorosamente todos os requisitos estabelecidos no documento, incluindo os requisitos técnicos mínimos. A desclassificação de uma proposta que não atenda a esses requisitos é, portanto, uma medida legítima e necessária para garantir a lisura e a competitividade do certame.

TCU - Acórdão 1098/2016 – Plenário

Nesse acórdão, o TCU reiterou a aplicabilidade do Acórdão 2913/2015, que prevê que a desclassificação de uma proposta que não atende aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no edital do pregão é uma medida legítima e necessária para garantir a lisura e a competitividade do certame licitatório.

TCU - Acórdão 1083/2017 – Plenário

Nesse acórdão, o TCU confirmou a desclassificação de uma proposta que não atendia aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no edital do pregão, destacando que os licitantes devem se preparar adequadamente para

participar da licitação, atendendo a todos os requisitos exigidos no edital.

Com efeito a empresa RENOVO, não pode ser classificada, uma vez que deixou de cumprir exigência expressa constante no edital.

Assim sendo, pode-se afirmar que o senhor pregoeiro em evidente erro de interpretação do direito, descumpriu o artigo 37, caput da Constituição Federal, assim como o da vinculação ao instrumento convocatório.

Referido ato violou o **princípio da isonomia ao favorecer as empresas ora impugnadas,** não tratando de forma igual as licitantes participantes do pregão eletrônico nº 053/2023.

Afinal, se o edital exige a o atendimento de determinação condição ou especificação, todas as licitantes devem atender aos moldes estabelecidos, garantindo assim, a isonomia do certame, uma vez que só admite a participação de licitantes em iguais condições: a de atendimento absoluto. **Lembre-se que**

o tratamento isonômico constitui finalidade primária da licitação.

Nesse sentido formou-se a orientação adotada pelo TCU no Acórdão nº 955/2012 – Segunda Câmara:

“A isonomia é o princípio norteador das licitações públicas. Mais do que a economicidade e até mesmo da supremacia do interesse público, a isonomia deve prevalecer

sobre todos os outros
princípios em todo ato de
licitações públicas. Não se
pode adquirir um
bem por um preço
aparente igual à
metade daquele do
mercado sem antes
garantir a isonomia e

oportunidades iguais a todos os fornecedores do produto ou serviço comum. Para se confirmar essa conclusão basta que se leia o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal da República e o artigo 3º, caput, da Lei 8.666/93:

Art. 37, inciso XXI da CF: *"Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".*

Lei Federal 8.666/93: Art. 3º- **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia**, (.....)".

A rigor por conta do princípio da igualdade, a Administração não pode deixar de aplicar regra pré-estabelecida em nome de outra que estabeleça desigualdades de tratamento entre concorrentes.

Destaca-se o acórdão do **Colendo TJSP**, no sentido de que deve ser inabilitada do certame, licitante que não apresenta documentos exigidos no edital, em razão da violação dos princípios do artigo 37 da CF, vejamos:

"Administrativo – Licitação – **Ausência dos documentos exigidos no edital de licitação – Segurança denegada – Observância do art. 37, XXI, da CF – Obrigação da administração de observar os requisitos de igualdade de condições a todos os concorrente e legalidade, impessoalidade,**

moralidade, publicidade e eficiência –

Segurança Denegada – Recurso Improvido.

(.....) O recurso não comporta provimento porquanto o artigo 37, da CF prescreve que:

Art. 37 – A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte:

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Isto quer dizer que todos são iguais perante a lei e à ela devem obedecer enquanto a Administração, por seu turno também obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Ora, como poderia ela selecionar os participantes do certame pela igualdade, impessoalidade e moralidade se não impusesse certas condições que são justamente as



exigências que figuram no Edital Convocatório....” (Apelação n. 0155611-39.2006.8.26.0000, Rel. Des. Burza Neto).

nosso país:

STJ

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. **NÃO HABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO EM EDITAL.** CONCLUSÃO OBTIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 1- O Tribunal de origem entendeu que a empresa **licitante não cumpriu disposição contida no edital referente à apresentação de declaração em atendimento disposto no artigo 27, V, da Lei n. 8.666/93, pelo que a considerou inabilitada.** Assim, para rever tal conclusão, necessário o reexame do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ. 2- Agravo regimental não provido”. (AgRg no AREsp n. 546.633, Rel. Min. Mauro Campbell Marques).

TJ/RS

AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL (AGRAVO INTERNO). JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 557, CAPUT, DO CPC. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. **INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. CABIMENTO.** AUSÊNCIA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. **SEGURANÇA DENEGADA.** 1- Manifesta a possibilidade de julgamento monocrático no caso concreto, por se tratar de

recurso em confronto com a jurisprudência dominante perante esta

Egrégia Corte. 2- Hipótese em que a empresa impetrante não demonstrou o atendimento integral dos requisitos previstos no Edital licitatório, mormente com relação à Licença de Operação. 3- **O edital tem força**

vinculante a todos os licitantes, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. 4-

Descumprimento das cláusulas que implica a inabilitação da empresa licitante, nos termos dispostos pelo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e da Lei nº 8.666/93. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO EM APELAÇÃO (AGRAVO INTERNO). UNÂNIME". (Agravo n. 70068402759, Rel. Des. Ricardo Torres Hermann).

Com efeito, ante todo o exposto, a desclassificação da proposta da empresa **RENOVO MOTORS LTDA** se torna medida de direito, isto porque a ponderação de princípios no presente caso demonstra a razoabilidade e proporcionalidade da medida.

Dessa forma, essa administração estará cumprindo a contento o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal c/c os requisitos do artigo 3º da Lei Federal 8.666/93, **harmonizando os princípios da vinculação do edital, da isonomia.**



Curial registrar que a decisão em sentido contrário poderá implicar em atos de ilegalidade situação essa de grande gravidade, portanto, recomenda-se ao Senhor Pregoeiro que promova a desclassificação da empresa **RENOVO MOTORS LTDA**; bem como declare o impedimento de participação na licitação da empresa **SMART MG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**; e, de continuidade ao certame em nova sessão, declarando como vencedora a empresa **PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME** por ter apresentado a melhor proposta na ordem de classificação, bem como ter atendido de forma absoluta ao edital de licitação.

3- DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DO AGENTE POLÍTICO

O artigo 51, § 3º da Lei de 8.666/93 dispõe que os membros das comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados.

Referido conceito se aplica plenamente aos atos praticados pelo pregoeiro.

No presente caso, com a devida vênia, e com fulcro na legislação de regência, resta claro que o Ilustre pregoeiro, praticou um ato ilegal ao classificar as empresas ora impugnadas, uma vez que referidas empresas não cumpriram com as exigências da Lei e do edital.

Assim, as referidas empresas não poderiam ter sido classificadas no processo licitatório do pregão eletrônico nº 053/2023.

Ao classificar e habilitar erroneamente referidas empresas, o Senhor Pregoeiro **violou os princípios da isonomia, legalidade, moralidade, previstos na Lei n. 8.666/93 e no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal**, como também **violou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório** conforme amplamente explanado.

A nulidade apontada é sanável, devendo somente ser promovida a desclassificação da empresa RENOVO MOTORS LTDA; bem como ser declarado o impedimento de participação na licitação da empresa SMART MG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA; e, em continuidade ao certame, em nova



sessão, ser declarada como vencedora a empresa PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME por ter apresentado a melhor proposta na ordem de classificação, bem como ter atendido de forma absoluta ao edital de licitação.

Caso contrário, a sua participação atentará contra os princípios da administração pública.

Afinal, a responsabilidade de todo o processo passa a ser da autoridade que homologou o certame, no caso, autoridade máxima dessa municipalidade, assim como dos agentes públicos que contribuíram para a prática do ato ilegal.

O comportamento contrário aos princípios da administração pública importa em atos de improbidade administrativa previstos no artigo 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa.

Assim sendo, decerto que houve ofensa aos princípios norteadores das licitações, sendo o caso de se falar em responsabilidade.

Para Mario Pazzaglini Filho:

"... Nas fases de habilitação e adjudicação, pode ocorrer improbidade administrativa por parte da autoridade competente (Prefeito Municipal) para praticar tais atos quando, dolosa ou culposamente, deixa de anular a licitação viciada por inidoneidade do vencedor ante os documentos por ele apresentados, ou por existência de indícios veemente e favorecimento de competidor, ou por

violação do sigilo de propostas, ou por

julgamento errôneo da

comissão de licitação,

afrontando os critérios

constantes do Edital, ou por escolha de

proposta lesiva ao Erário em face do abusivo preço ofertado em relação aos concorrente no mercado ou por ficar evidenciado, pelo teor das propostas julgadas, que houve conluio entre os proponentes, etc". **(FILHO, Mário Pazzaglini. Lei de Improbidade Administrativa Comentada. Editora. Atlas S/A)**

Diante disso, configuradas as hipóteses previstas no "caput" do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, **os responsáveis pelo ato (pregoeiro e o chefe do poder executivo) de improbidade estão sujeitos às penas** de ressarcimento integral do dano; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos; pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos nos termos do inciso III, do art. 12 da referida Lei.

4- DO PEDIDO

Por derradeiro, ante todo o exposto, **Requer:**

a) Seja julgado procedente o presente recurso administrativo para:

a1- Decretar o impedimento de participação na presente licitação da empresa **SMART MG COM. E REP LTDA**, sobretudo porque violou o Art. 337-M do código penal que considera crime, admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021); em especial porque referida empresa foi penalizada pelo Município de Itatiba, com fulcro no artigo 87, inciso IV- Declaração de inidoneidade;

a2- Declarar a desclassificação da empresa **RENOVO MOTORS LTDA**, no Pregão Eletrônico nº 053/2023, por



descumprir as exigências mínimas estabelecidas no edital de licitação; devendo ser consequentemente declarada vencedora a empresa **PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME** por ter atendido integralmente ao edital de licitação e apresentado a melhor proposta conforme estabelecido na ordem de classificação.

- b) Sendo diverso o entendimento, seja o Recurso, juntamente com dossiê do processo, remetido a autoridade superior para a decisão final, segundo o artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

Por derradeiro, informa-se que caso necessário notificaremos as autoridades fiscalizadoras (TCE, Ministério Público, Câmara Municipal, entre outros) como também adotaremos as medidas judiciais cabíveis.

Termos em que, PEDE DEFERIMENTO.

Ribeirão Preto/SP, em 21 de dezembro de 2023.

PRESTARE COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
PROPRIETÁRIA
ACLERI CRISTINA MIRANDA
RG: 25.299.813-3
CPF: 784.364.941-72

23.228.367/0001-62

PRESTARE COMÉRCIO
DE VEÍCULOS LTDA
Rua Antônio Moisés Saadi, 470-Sala 01
Pq. Industrial Lagoinha-CEP 14.095-231
RIBEIRÃO PRETO - SP.



CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO

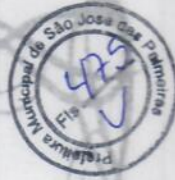
O Grupo VIP Engenharia certifica que a empresa, **VRIO SOLUÇÕES SERVIÇOS DE MONTAGENS MOVEIS EIRELI**, atendeu integralmente a legislação de trânsito pelas Portarias 990/22 – SENATRAM e 153/22 – INMETRO emitindo CAT e CCT para a Marca/Modelo/Versão descrita abaixo:

RENAULT/MASTER PL3 VRIOP



São Paulo, 18 agosto de 2022

Igor Vigorito
CREA-SP 5063147197





MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA VIÁRIA
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR

CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 1490/2022/COSEV-SENATRAN/CGSV-SENATRAN/DSEG-SENATRAN/SENATRAN

Brasília, 03 de outubro de 2022.

A Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 da SENATRAN, concede com base na documentação apresentada, constante do processo nº 50000.030259/2022-77 SENATRAN, o presente CERTIFICADO, a **VRIO SOLUCOES SERVICOS DE MONTAGENS MOVEIS EIRELI**, CNPJ Nº 20.351.700/0001-38 referente ao veículo abaixo especificado:

MARCA/MODELO/VERSÃO: RENAULT/MASTER PL3 VRIOP
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO: 400282
MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: RENAULT/MASTER PRO L3
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: 300327
ESPÉCIE/TIPO: PASSAGEIRO/MICRO-ÔNIBUS
CARROÇARIA: NENHUMA
LOTAÇÃO: CONDUTOR + 15 PASSAGEIROS
CAPACIDADE DE CARGA: 1,333 t
PBT: 3,700 t
CMT: 3,700 t
QUANTIDADE DE EIXOS: 02
FABRICANTE: RENAULT DO BRASIL S.A.
TRANSFORMADOR: VRIO SOLUCOES SERVICOS DE MONTAGENS MOVEIS EIRELI
PAÍS DE FABRICAÇÃO/ORIGEM: BRASIL
IDENTIFICADOR INTERNACIONAL DO FABRICANTE (WMI): 93Y
CÓDIGO(S) VIN: *****

Este CERTIFICADO não exige o interessado de comprovar junto ao Órgão Executivo de Trânsito, por ocasião do registro, licenciamento e emplacamento, que o veículo esteja adequado à legislação vigente de identificação e de segurança veicular. A comprovação restringe-se à conformidade do veículo com o memorial descritivo.

HELOISA SPAZAPAN DA SILVA
Coordenadora-Geral de Segurança Viária

DANIEL MARIZ TAVARES

Diretor do Departamento de Segurança no Trânsito



FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

Secretário Nacional de Trânsito



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Spazapan da Silva, Coordenadora-Geral**, em 19/10/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Mariz Tavares, Diretor do Departamento de Segurança no Trânsito**, em 25/10/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Moura Carneiro, Secretário Nacional de Trânsito**, em 25/10/2022, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6289801** e o código CRC **1AB2DFB7**.



Referência: Processo nº 50000.030259/2022-77



SEI nº 6289801

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 2º Andar
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: - www.infraestrutura.gov.br

**CERTIFICADO
DE CAPACITAÇÃO
TÉCNICA - CCT**

Nº A0.039.764



INMETRO

01	RAZÃO SOCIAL (FORNECEDOR)	VIRIO SOLUCOES SERVICOS DE MONTAGENS MOVEIS EIRELI		02	CNPJ	20.351.700/0001-38
03	ENDEREÇO	ROD BR 101 SUL, S/N - PRAZERES - KM 86 2		08	CEP	54335-000
04	MUNICÍPIO	JABOATÃO DOS GUARARAPES		07	DDD/TELEFONE	(81) 3222-1299
05	ESTADO	PE		09	MARCA/MODELO/VERSÃO	RENAULT/MASTER PL3 VRIOP
08	ESPÉCIE/TIPO/CARROÇARIA	PASSAGEIRO/MICRO-ÔNIBUS/NENHUMA		12	Nº DA ACREITAÇÃO/ Nº DO LICENCIAMENTO	0837
10	DOCUMENTO(S) DE REFERÊNCIA	MICRO-ÔNIBUS (TRANSFORMAÇÃO)		17	DDD/TELEFONE	02177-000
11	ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREITADO (OIA/INSTITUIÇÃO TÉCNICA LICENCIADA (ITL))	SP INSPEÇÃO VEICULAR LTDA		16	CEP	SP
13	ENDEREÇO	AVENIDA TENENTE AMARO FELICISSIMO DA SILVEIRA, 1792 - PARQUE NOVO MUNDO		22	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
14	MUNICÍPIO	SÃO PAULO		21	VALIDADE	29/06/2024
15	ESTADO	SÃO PAULO		20	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
18	RESPONSÁVEL TÉCNICO (OIA/ITL)	BRUNO LIMA ALVES- CREA 2616460718		19	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
19	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		20	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
20	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		21	VALIDADE	29/06/2024
21	VALIDADE	29/06/2024		22	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
22	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		23	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
23	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		24	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
24	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		25	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
25	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		26	VALIDADE	29/06/2024
26	VALIDADE	29/06/2024		27	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
27	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		28	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
28	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		29	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
29	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		30	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
30	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		31	VALIDADE	29/06/2024
31	VALIDADE	29/06/2024		32	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
32	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		33	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
33	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		34	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
34	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		35	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
35	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		36	VALIDADE	29/06/2024
36	VALIDADE	29/06/2024		37	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
37	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		38	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
38	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		39	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
39	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		40	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
40	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		41	VALIDADE	29/06/2024
41	VALIDADE	29/06/2024		42	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
42	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		43	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
43	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		44	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
44	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		45	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
45	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		46	VALIDADE	29/06/2024
46	VALIDADE	29/06/2024		47	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
47	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		48	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
48	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		49	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
49	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		50	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
50	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		51	VALIDADE	29/06/2024
51	VALIDADE	29/06/2024		52	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
52	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		53	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
53	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		54	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
54	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		55	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
55	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		56	VALIDADE	29/06/2024
56	VALIDADE	29/06/2024		57	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
57	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		58	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
58	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		59	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
59	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022		60	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022
60	DATA DE EMISSÃO	18/08/2022		61	VALIDADE	29/06/2024
61	VALIDADE	29/06/2024		62	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves
62	ASSINATURA E CARIMBO DO OIA/ITL	BRUNO Lima Alves		63	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022
63	DATA DE EMISSÃO	29/06/2022		64	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/2022
64	DATA DE INSPEÇÃO	29/06/202				



CARACTERÍSTICAS GERAIS

WMI/VDS:	9	3	Y	F	6	2	2	0	0	4	P	J	1	9	7	4	2	5
----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

LARGURA: 2.070 mm **ALTURA:** 2.496 mm **COMPRIMENTO:** 6.198 mm
PBT: 3.700 kg **TARA:** 2.367 kg **LOTAÇÃO:** 15 + 1 P
PBTC: 3.700 kg **CMT:** 3.700 kg **POTÊNCIA:** 100kW e 136cv

FOTOS:



NÚMERO DE EIXOS: 2 eixos
BALANÇO TRASEIRO: 1.024 mm
BALANÇO DIANTEIRO: 842 mm
NÚMERO RENAVAM: 300327
NÚMERO DO CAT TRANSFORMADO: Em processo de homologação
NÚMERO DO CAT ORIGINAL: 03.00019/22

INSPEÇÃO DA UNIDADE:

M/M/V ORIGINAL RENAULT/MASTER PRO L3
M/M/V TRANSF. RENAULT/MASTER PL3 VRIOP

RESPONSÁVEL TÉCNICO: MICHEL DAMAREM
SP INSPEÇÃO VEICULAR LTDA OLIVEIRA

CREA: 2620682673
 29/06/2022 11:15
 OIA -SV 0837

OS 1824 - INSP. 2220.0125





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE APENADOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo CERTIFICA que, de acordo com seus assentamentos, ressaltando-se os atos que sobrevenham a esta pesquisa, CONSTA(M), até a presente data, 21/12/2023, às 16h20, o(s) IMPEDIMENTO(S) DE CONTRATO/LICITAÇÃO listado(s) a seguir.

CRITÉRIO DE PESQUISA

CNPJ: 31.022.161/0001-00

Empresa: SMART MG COMERCIO & REPRESENTAÇÃO LTDA

RESULTADO DA PESQUISA

Órgão Apenador	Processo	Tipo Apenação	Observação	Início	Término
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA		Art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93 – declaração de inidoneidade.	Descumprimento contratual, não realizou a entrega de objeto licitado. Conforme processo administrativo a data de término da sanção acompanha o prazo da suspensão temporário, assim termina em 13/01/2025	14/01/2023	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA		Art. 87, inciso III da Lei 8.666/93 - suspensão temporária/impedimento de contratar.	Descumprimento contratual, não realizou a entrega do objeto licitado.	14/01/2023	13/01/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO		Art. 7, da Lei 10.520/02.	Inexecução total do contrato aplicando-se multa no montante de 10% e suspensão temporária do direito de licitar com a municipalidade.	27/03/2023	27/03/2026





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE APENADOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo CERTIFICA que, de acordo com seus assentamentos, ressaltando-se os atos que sobrevenham a esta pesquisa, CONSTA(M), até a presente data, 21/12/2023, às 16h20, o(s) IMPEDIMENTO(S) DE CONTRATO/LICITAÇÃO listado(s) a seguir.

CRITÉRIO DE PESQUISA

CNPJ: 31.022.161/0001-00

Empresa: SMART MG COMERCIO & REPRESENTAÇÃO LTDA

Este documento foi certificado digitalmente e é válido até 21/12/2023, às 16h20.

Para conferência:

acesse o site <https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico>
e informe o código: dbfcc94a-ec47-4698-8b2f-f10011709e80
ou acesse utilizando o QR Code





**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR**

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023

PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME

pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificado no processo licitatório acima epigrafado, neste ato legalmente por seu representante legal abaixo assinado, vêm, respeitosamente, interpor

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa **SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA** no âmbito do pregão eletrônico acima epigrafado pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1- DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo interposto por **SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA**, que se insurge contra a “aceitação da proposta vencedora”, aventando que a decisão proferida pelo Senhor Pregoeiro carece de reforma, conforme segue:

a- Alega que a empresa **PRESTARE COMÉRCIO
DE VEÍCULOS LTDA - ME** deve ser

DESCCLASSIFICADA no certame, porque ofertou veículo que não atende a condição mínima do edital (item 28.2.12, assim como especificações mínimas descritas no Anexo I e no Termo de Referência), que se refere à **GARANTIA DOS PRODUTOS**. Alega que a **PRESTARE** ofertou veículo transformado e era necessário que comprovasse a homologação do transformador pela montadora, o que não foi feito. Por óbvio, compromete a garantia exigida pelo edital de 12 (doze) meses, vindo a prejudicar o Poder Público, que não poderia, em hipótese alguma, reclamar contra algum vício que porventura fosse detectado no veículo da recorrida.

Importante ressaltar que, nos procedimentos licitatórios é comum o inconformismo e desespero daqueles que sucumbem no curso do trâmite de escolha da melhor proposta para a Administração Pública.

E, conforme se denota das razões recursais, se trata de mera insatisfação e casuísmo da recorrente com o resultado do certame, visto que insubsistentes e descabidas as interpretações apresentadas.

A bem da verdade, o devaneio acima encartado materializa tão somente a intenção da recorrente de tentar incutir o íncrito pregoeiro ao erro, situação essa que deve ser repelida com rigor.

Contudo, em que pese à indignação da empresa recorrente contra o aceite da proposta da empresa **PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA – ME**, o recurso não merece prosperar pelas razões a seguir delineadas.



2- DO DIREITO

O edital de licitação predispõe:

28.2 - Caberá ao contratado, o fornecimento dos produtos e a perfeita execução dos serviços do objeto descrito neste Edital e em seus Anexos, o cumprimento das seguintes obrigações:

(.....)

28.2.12 – Conceder garantia do (s) produto(s)

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇO

(.....)

Veículo com as características mínimas: Veículo do tipo Van/micro ônibus, ano fabricação 2023 ou 2024, modelo 2024 ou última versão; veículo com potência mínima de 127 cv; Combustível – diesel; equipada com Ar condicionado; Capacidade mínima de 15 passageiros mais 01 para motorista, em conformidade com o CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do Ar para veículos Automotores) e CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente); Banco do motorista com

regulagem de altura; Bancos reclináveis e/ou fixos; Tacógrafo, Saída de emergência nas janelas laterais; Air bag duplo; Porta lateral corrediça; Vidros elétricos (lado motorista /passageiro); Direção hidráulica e/ou elétrica e demais acessórios e equipamentos e série e equipamentos de lei. **GARANTIA DE FÁBRICA**

conforme manual do proprietário. DESCRITIVO

DA TRANSFORMAÇÃO Descritivo Transformação:

Transformação confeccionado em fibra de vidro sem emendas, sendo necessário para total higienização e não proliferação de fungos, bactérias e vírus, conforme ABNT NBR 14.561/2000; comprimento interno mínimo de 2,80 m; instalação do isolamento térmico-acústico com ação retardante quanto a propagação de chamas (CONTRAN 498/14); piso antiderrapante em fibra de vidro sem emendas para total higienização, conforme ABNT NBR 14.561/2000; revestimento interno nas laterais e teto em (PRFV) fibra de vidro, conforme ABNT NBR 14.561/2000; Armário superior na lateral esquerda confeccionado em fibra de vidro, com portas de correr em acrílico, uma bancada para acomodação de equipamentos e medicamentos confeccionado em fibra de vidro, com aproximadamente 1 m de comprimento por 0,40 m de profundidade e 0,70 m de altura do piso a bancada, sendo de total higienização conforme ABNT NBR 14.561/2000; O interior da carroçaria "ambulância" deve estar livre de objetos ou projeções pontiagudas. Todos os ganchos ou suportes para equipamentos ou dispositivos devem ser montados o mais embutido possível em relação à superfície circundante. Todo o acabamento do interior do compartimento do

paciente, incluindo-se o interior dos armários, deve ser: lavável com sabão e água e desinfetantes, à prova de umidade conforme ABNT NBR 14.561/2000 e todo material utilizado no revestimento do piso, armário, divisória de acordo com flamabilidade COTRAN N 498/14; 01 Banco giratório para médico com Cinto 03 Pontos ao lado da maca, conforme ABNT NBR 14.561/2000; 01 banco baú confeccionado em fibra de vidro de vidro na lateral para 03 pessoas com cintos de segurança individuais, estofamentos em courvin de alta resistência, com encosto de cabeça, assentos reclináveis e encostos das costas individuais, conforme ABNT NBR 14.561/2000; Maca retrátil com comprimento mínimo de 1.970 mm, cabeceira voltada para frente do veículo, com pés dobráveis, sistema escamoteável, provida de rodízios confeccionados em materiais resistentes a oxidação, pneus de borracha maciça, sistema de freios com trava de segurança para evitar o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida, projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vítima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa, 03 cintos de segurança fixos à mesma, equipada com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima, provida de sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e com garantia mínima de 24 meses. Deverão ser apresentados:

Autorização de funcionamento de empresa fabricante da maca e registro ou cadastramento na Anvisa; Laudo Técnico com ensaio de deformação da estrutura com carga distribuída mínima de 490 KG e capacidade de carga mínima de 290 KG conforme requisitos ABNT NBR 14.561/2000, DIN EN 1865/DEZEMBRO 1999, AMD STANDARD 004 e BS EN 1789:2007; Ensaio para avaliação de dispositivo de ancoragem da maca, com o objetivo de avaliar através de acompanhamento técnico, o desempenho, segurança e performance do sistema de ancoragem de macas, conforme requisito da norma NBR 14561/2000 feito por laboratório devidamente credenciado; Iluminação interna com 03 luminárias em leds no teto; Iluminação externa com 01 holofote tipo farol articulado regulável manualmente na parte traseira da carroceria, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180° na vertical, 02 sinalizadores na parte traseira da ambulância na cor vermelha, com frequência mínima de 90 flashes por minuto, quando acionado, com lente injetada de policarbonato; Sinalizador frontal em barra linear com 03 lentes injetadas de policarbonato na cor vermelha, comprimento mínimo de 690 mm, largura mínima de 290 mm, mínimo de 05 blocos dianteiros, 05 blocos traseiros e 02 blocos laterais sendo que cada bloco contém 04 LEDs de no mínimo 3 Watts e lente defletora em cada LEDs; O modulo de controle deverá permitir a geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência com no mínimo de 13 efeitos luminosos de flash distintos;

Sinalizador Acústico com amplificador de no mínimo 100 W RMS de potência, @ 13,8 Vcc, 03 (três) tons distintos, resposta de frequência de 300 a 3000 Hz e pressão sonora a 01 (um) metro de no mínimo 128 dB @ 13,8 Vcc com um único autofalante; Sistema elétrico com 02 tomadas internas 12 Vcc; Sistema de oxigênio com suporte para cilindro de 03 litros, instalação de um cilindro de oxigênio de 03 litros com válvula, manômetro, régua de oxigênio de 03 pontas com fluxômetro / aspirador / umidificador; Instalação de 01 ventilador e 01 exaustor com cúpula de proteção em fibra de vidro; Vidro de correr e com película jateada na porta lateral; Abertura para comunicação entre a cabine e compartimento da ambulância; Instalação de 01 suporte para soro fixado no balaústre; Balaústre fixado no teto; Reforço fixado no piso, embaixo de todas as rodas da maca em alumínio; Equipamento operacional para gerenciamento de todo sistema elétrico da ambulância, possibilitando o comando de dentro da cabine do motorista para o ambiente do paciente, sem a necessidade de instalar botões no painel do veículo, controlando a carga da bateria, ligando e desligando iluminação interna, ligando e desligando iluminação externa nas laterais e strobos no para-choque dianteiro e traseiro, ligando e desligando iluminação da entrada "farol de embarque", ligando e desligando giroflex, ligando e desligando sirene e troca de tons, ligando e desligando tomadas 127vca/220vca e 12vcc, trajetos através do GPS integrado, ligando/desligando o ar condicionado no compartimento do paciente e gerenciando a

velocidade do mesmo “caso esteja disponível na ambulância”, com tela de no mínimo 7" touch screen, sistema operacional Android com função GPS, sensores de acelerômetro, giroscópio e proximidade. Equipado com processador mínimo Cortex A7-Dual Core 1.3 Ghz, memória RAM mínimo de 512 MB DDR3, placa de vídeo modelo mínimo Mali 400, memória interna mínima de 4 GB (memória externa expansível até 32 GB), com mínimo câmera frontal e resolução de vídeo Full HD. Possui conectividade com wi-fi, bluetooth e USB, Reproduz áudio e vídeo em diversos formatos acompanhando carregador de parede 110/220V, carregador veicular 12V e cabo USB;

Acompanhado junto a proposta o CCT (Comprovante de Capacitação Técnica) conforme portaria 142 de 26/2019 INMETRO, caso esteja vencido apresentar junto o Comprovante de Sistema de Gestão de Qualidade, conforme “Portaria 190/2009”. Certidão de adequação e legislação do trânsito (CAT) Portaria DENATRAN 190/2009, que deverá corresponder exatamente ao modelo do veículo ofertado na proposta comercial. A Entrega será feita somente por plataforma auto guincho.
GARANTIA DE FÁBRICA conforme manual do fabricante.

**TERMO DE REFERENCIA
SOLICITAÇÃO**

(.....)



Veículo com as características mínimas: Veículo do tipo Van/micro ônibus, ano fabricação 2023 ou 2024, modelo 2024 ou última versão; veículo com potência mínima de 127 cv; Combustível – diesel; equipada com Ar condicionado; Capacidade mínima de 15 passageiros mais 01 para motorista, em conformidade com o CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do Ar para veículos Automotores) e CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente); Banco do motorista com 209.340,00 Este documento contém o mesmo teor do original assinado regulagem de altura; Bancos reclináveis e/ou fixos; Tacógrafo, Saída de emergência nas janelas laterais; Air bag duplo; Porta lateral corrediça; Vidros elétricos (lado motorista /passageiro); Direção hidráulica e/ou elétrica e demais acessórios e equipamentos e série e equipamentos de lei. **GARANTIA DE FÁBRICA conforme manual do proprietário.** DESCRITIVO DA TRANSFORMAÇÃO Descritivo Transformação: Transformação confeccionado em fibra de vidro sem emendas, sendo necessário para total higienização e não proliferação de fungos, bactérias e vírus, conforme ABNT NBR 14.561/2000; comprimento interno mínimo de 2,80 m; instalação do isolamento térmico-acústico com ação retardante quanto a propagação de chamas (CONTRAN 498/14); piso antiderrapante em fibra de vidro sem emendas para total higienização, conforme ABNT NBR 14.561/2000; revestimento interno nas laterais e teto em (PRFV) fibra de vidro, conforme ABNT NBR 14.561/2000;

Armário superior na lateral esquerda confeccionado em fibra de vidro, com portas de correr em acrílico, uma bancada para acomodação de equipamentos e medicamentos confeccionado em fibra de vidro, com aproximadamente 1 m de comprimento por 0,40 m de profundidade e 0,70 m de altura do piso a bancada, sendo de total higienização conforme ABNT NBR 14.561/2000; O interior da carroçaria "ambulância" deve estar livre de objetos ou projeções pontiagudas. Todos os ganchos ou suportes para equipamentos ou dispositivos devem ser montados o mais embutido possível em relação à superfície circundante. Todo o acabamento do interior do compartimento do paciente, incluindo-se o interior dos armários, deve ser: lavável com sabão e água e desinfetantes, à prova de umidade conforme ABNT NBR 14.561/2000 e todo material utilizado no revestimento do piso, armário, divisória de acordo com flamabilidade COTRAN N 498/14; 01 Banco giratório para médico com Cinto 03 Pontos ao lado da maca, conforme ABNT NBR 14.561/2000; 01 banco baú confeccionado em fibra de vidro de vidro na lateral para 03 pessoas com cintos de segurança individuais, estofamentos em courvin de alta resistência, com encosto de cabeça, assentos reclináveis e encostos das costas individuais, conforme ABNT NBR 14.561/2000; Maca retrátil com comprimento mínimo de 1.970 mm, cabeceira voltada para frente do veículo, com pés dobráveis, sistema escamoteável, provida de rodízios confeccionados em materiais resistentes a oxidação, pneus de borracha maciça, sistema de freios com trava de segurança para evitar



o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida, projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vítima no compartimento da viatura, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa, 03 cintos de segurança fixos à mesma, equipada com travas rápidas, que permitam perfeita segurança e desengate rápido, sem riscos para a vítima, provida de sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e com garantia mínima de 24 meses. Deverão ser apresentados: Autorização de funcionamento de empresa fabricante da maca e registro ou cadastramento na Anvisa; Laudo Técnico com ensaio de deformação da estrutura com carga distribuída mínima de 490 KG e capacidade de carga mínima de 290 KG conforme requisitos ABNT NBR 14.561/2000, DIN EN 1865/DEZEMBRO 1999, AMD STANDARD 004 e BS EN 1789:2007; Ensaio para avaliação de dispositivo de ancoragem da maca, com o objetivo de avaliar através de acompanhamento técnico, o desempenho, segurança e performance do sistema de ancoragem de macas, conforme requisito da norma NBR 14561/2000 feito por laboratório devidamente credenciado; Iluminação interna com 03 luminárias em leds no teto; Iluminação externa com 01 holofote tipo farol articulado regulável manualmente na parte traseira da carroceria, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180° na vertical, 02 sinalizadores na parte traseira da

ambulância na cor vermelha, com frequência mínima de 90 flashes por minuto, quando acionado, com lente injetada de policarbonato; Sinalizador frontal em barra linear com 03 lentes injetadas de policarbonato na cor vermelha, comprimento mínimo de 690 mm, largura mínima de 290 mm, mínimo de 05 blocos dianteiros, 05 blocos traseiros e 02 blocos laterais sendo que cada bloco contém 04 LEDs de no mínimo 3 Watts e lente defletora em cada LEDs; O modulo de controle deverá permitir a geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência com no mínimo de 13 efeitos luminosos de flash distintos; Sinalizador Acústico com amplificador de no mínimo 100 W RMS de potência, @ 13,8 Vcc, 03 (três) tons distintos, resposta de frequência de 300 a 3000 Hz e pressão sonora a 01 (um) metro de no mínimo 128 dB @ 13,8 Vcc com um único autofalante; Sistema elétrico com 02 tomadas internas 12 Vcc; Sistema de oxigênio com suporte para cilindro de 03 litros, instalação de um cilindro de oxigênio de 03 litros com válvula, manômetro, régua de oxigênio de 03 pontas com fluxômetro / aspirador / umidificador; Instalação de 01 ventilador e 01 exaustor com cúpula de proteção em fibra de vidro; Vidro de correr e com película jateada na porta lateral; Abertura para comunicação entre a cabine e compartimento da ambulância; Instalação de 01 suporte para soro fixado no balaústre; Balaústre fixado no teto; Reforço fixado no piso, embaixo de todas as rodas da maca em alumínio; Equipamento operacional para gerenciamento de todo sistema elétrico da ambulância, possibilitando o comando de

dentro da cabine do motorista para o ambiente do paciente, sem a necessidade de instalar botões no painel do veículo, controlando a carga da bateria, ligando e desligando iluminação interna, ligando e desligando iluminação externa nas laterais e strobos no para-choque dianteiro e traseiro, ligando e desligando iluminação da entrada “farol de embarque”, ligando e desligando giroflex, ligando e desligando sirene e troca de tons, ligando e desligando tomadas 127vca/220vca e 12vcc, trajetos através do GPS integrado, ligando/desligando o ar condicionado no compartimento do paciente e gerenciando a velocidade do mesmo “caso esteja disponível na ambulância”, com tela de no mínimo 7" touch screen, sistema operacional Android com função GPS, sensores de acelerômetro, giroscópio e proximidade. Equipado com processador mínimo Cortex A7-Dual Core 1.3 Ghz, memória RAM mínimo de 512 MB DDR3, placa de vídeo modelo mínimo Mali 400, memória interna mínima de 4 GB (memória externa expansível até 32 GB), com mínimo câmera frontal e resolução de vídeo Full HD. Possui conectividade com wi-fi, bluetooth e USB, Reproduz áudio e vídeo em diversos formatos acompanhando carregador de parede 110/220V, carregador veicular 12V e cabo USB; **Acompanhado junto a proposta o CCT (Comprovante de Capacitação Técnica) conforme portaria 142 de 26/2019 INMETRO, caso esteja vencido apresentar junto o Comprovante de Sistema de Gestão de Qualidade, conforme “Portaria 190/2009”. Certidão de adequação e legislação do trânsito (CAT) Portaria DENATRAN**

190/2009, que deverá corresponder exatamente ao modelo do veículo ofertado na proposta comercial. A Entrega será feita somente por plataforma auto guincho.

preconiza:

Noutro vértice, a Lei Federal 10.520/2002, assim

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, **OS critérios de aceitação das propostas,**

as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

Ademais, a Lei Federal 8.666/93, assim predispõe:

Art. 40. O edital conterá (.....), e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;



VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, **e forma de apresentação das propostas;**

VII - **critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;**

Com efeito, o poder discricionário da administração será exercido na fase preparatória da licitação. Dessa forma, a presunção legal é de que o edital de licitação contém todas as especificações necessárias para que a administração alcance o objeto desejado.

Após a publicação do edital, a atividade discricionária se esgota, e o ato administrativo se torna vinculado sendo dever da administração observar as regras ali veiculadas, **incluídas neste rol as exigências necessárias às condições de participação referentes à habilitação e a forma de apresentação e critérios de aceitação das propostas.**

A seu turno o artigo 3º, inciso II, da Lei de Pregão aduz que a especificação do objeto deve ser precisa, suficiente e clara.

Referido entendimento, segue corroborado pelas disposições do artigo 3º da Lei Geral de Licitações:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável **e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade,** da impessoalidade, da

moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, _____ de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

Conforme se verifica, se o edital não exigiu de forma explícita a apresentação de comprovação de homologação do transformador pela montadora, não pode a administração realizar interpretação inventiva em sede de julgamento, sob pena de violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e respectivo julgamento objetivo, pondo em xeque a legalidade do certame.

Logo, a regra do edital somente poderá ser afastada se for constatada flagrante ilegalidade, o que não é o caso dos autos.

Conforme se verifica, vigora na licitação o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e, portanto, o ilustre pregoeiro não poderá adotar ou aceitar interpretação inventiva em sede de julgamento da licitação.

Neste diapasão, diferente do devaneio aventado pela recorrente, o edital de licitação não exigiu que fosse apresentado qualquer documento que comprovasse a homologação do transformador pela montadora.

Ademais, caso o edital tivesse formulado este tipo de exigência certamente a **PRESTARE** teria impugnado os seus termos, sobretudo porque é proibido exigir em licitação pública documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa. Vejamos o teor da **SÚMULA 15 DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:**

SÚMULA Nº 15

Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa.

OUTROSSIM, URGE FRISAR QUE A ALEGAÇÃO DA RECORRENTE CONFIGURA EXIGÊNCIA INÚTIL!

A despeito do tema, a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, assim determina:

É vedado aos agentes públicos incluir nos atos de convocação condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções impertinentes em relação aos interessados.

Acórdão 2579/2009 Plenário (Sumário)

Abstenha de incluir cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993.

Acórdão 1227/2009 Plenário

Noutro vértice a Lei de Licitações assim predispõe:

Art. 3º . (.....)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato,** ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

No caso dos autos para resguardar a garantia do bem, inclusive no que se refere à respectiva transformação, essa administração já exigiu que as empresas licitantes apresentassem **o CCT e o CAT do veículo que deveria corresponder exatamente ao modelo do veículo ofertado na proposta comercial, exigência essa que foi devidamente observada pela empresa PRESTARE.**

Portanto, sendo cediço que o **INMETRO** e o **DENATRAM** não exigem comprovação de homologação do transformador para expedição do CAT e CCT, se mostra desarrazoada, impertinente e irrelevante a interpretação ora apresentada pela recorrente.

Outrossim, questões afetas à garantia do veículo são reguladas pelo código de defesa do consumidor, motivo pelo qual a administração estará resguardada na presente contratação.

A despeita da matéria o **EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, assim decidiu no julgamento do **Processo nº 15305-0200/19-1**:

Gabinete do Conselheiro Cezar Miola Matéria: REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – MPC Órgão: EXECUTIVO MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL Gestor: GIOVANI AMESTOY DA SILVA

Vistos em Gabinete.

Trata-se de Representação formulada pelo Ministério Público de Contas – MPC, com base em “denúncia” que tem como escopo final suspender “no estado em que estiver, o andamento do Pregão Eletrônico nº 003/2019”, do Município de Caçapava do Sul.

Segundo o Parquet, e o próprio “Denunciante”, o edital do respectivo certame, cujo objeto é a “aquisição de veículo ambulância tipo A, zero Km”, conteria disposição restritiva, prejudicial à salutar competição. Com efeito, a Cláusula 4.1, i, do Edital nº 2843/2019, estabeleceu: “A licitante que não for fabricante/montadora do veículo deverá comprovar que é Concessionária, Revendedora ou Representante autorizada, por meio de Carta de Autorização ou documentação hábil em vigor, expedida pelo fabricante”.

O “Denunciante”, tendo como “ilegal” a restrição, afirma que as garantias afetas ao bem a ser adquirido, sob o encargo do fabricante e do comerciante, solidariamente, têm assento no Código de Defesa do Consumidor. A Municipalidade, por seu turno, forte na chamada “Lei Ferrari” (Lei nº 6.729/1979), aduz que a aquisição por pessoas “não autorizadas” faz com que o bem chegue às mãos do Licitante na qualidade de “usado”, o que seria vedado, **tese repelida pelo MPC**. Diz, ainda, o mesmo, ser detentor da qualidade de “comprador especial”, nos termos da já citada legislação, alegação igualmente rechaçada pela autoridade representante.

Em arremate, o MPC

pondera: “O ponto central que merece ser salientado é a ausência de motivação para a exigência de Carta de Autorização ou documento hábil”. Salienta, **outrossim, que não se identifica que a remoção da restrição denunciada teria influência na “garantia com manutenção da segurança e qualidade do bem adquirido”, considerada as alterações (adaptações) a serem feitas no**

veículo, enquanto “fato suscetível de causar perda da garantia contratual estabelecida pelo fabricante(...).” (Grifos originais.)

DECIDO

Segundo visão não exauriente, própria desta fase processual, vislumbro fragilidades nos argumentos trabalhados pelo Município no ensejo do julgamento da impugnação administrativa do edital. E somente eles figuram no feito, até o presente momento, à guisa de manutenção das indigitadas cláusulas.

A invocada “autonomia”, por óbvio não se sustenta em hipóteses de eventual infringência ao ordenamento jurídico. Tampouco a “transferência” à Municipalidade, que se operaria, na hipótese de êxito de empresas licitantes “não autorizadas”, e sua respectiva consequência (oferecer um bem usado), justifica a permanência da Cláusula em apreço, conforme concluiu o MPC.

**Com isso, não vislumbro na espécie razões
outras capazes de justificar a cláusula**
excludente objeto do dissenso, o que caracteriza o
fumus boni iuris.

O periculum in mora, de outro lado, resta
consubstanciado na possibilidade de se concretizar
a contratualidade resultante do certame, com a
entrega do bem, tomando, na melhor das
hipóteses, dificultosa uma eventual reversão da
ocorrência constatada.

Em face do exposto, com fulcro no artigo 12, inciso
XI, do Regimento Interno desta Casa, **concedo**
a cautelar pleiteada, determinando
a suspensão, no estado em que se
encontrar, do Pregão Eletrônico nº
003/2019, de modo que o Gestor
abstenha-se de adjudicar,
homologar, assinar a data de
registro de preços ou contratar a
vencedora, até o pronunciamento final deste
Tribunal de Contas.

Determino, assim, que seja intimado da presente
decisão o Senhor Giovani Amestoy da Silva,
Administrador do Município de Caçapava do Sul,
enviando-lhe cópias de todo o processado, a fim de
que adote as providências necessárias ao
cumprimento desta ordem, bem como para,

querendo, prestar esclarecimentos, em 15 dias (artigo 2º, § 3º, da Resolução TCE-RS nº 932/2012) sobre a Representação em causa.

Cientifique-se o Ministério Público de Contas, na forma do disposto no artigo 36, inciso VII, do RITCE. Publique-se

Apenas com uma análise perfunctória, resta perceptível que não se sustenta a alegação da recorrente, em especial quando se verifica que inexistente nos autos qualquer documento que reflita a pertinência técnica da exigência ora sob análise.

Conforme explanado e destacado em letras garrafais, o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul é de que mesmo havendo adaptações no veículo, não há que cogitar “fato suscetível de causar perda da garantia contratual estabelecida pelo fabricante(...)”.

Logo, clarividente que a exigência formulada não merece prosperar, porque as condições de garantia **e assistência técnica de bens e serviços** estão reguladas por lei (**Código de Defesa do Consumidor**) e não poderiam ser inovadas por via de edital de licitação (o instrumento convocatório é ato unilateral de vontade e deve obediência às leis estrito senso); tampouco, poderiam ser engendradas por via interpretativa em pleno julgamento da licitação.

A garantia do veículo, todas as informações relativas à utilização, conservação, zelo e manutenção do veículo, inclusive forma de reivindicar a garantia estão dispostos no manual do veículo que será entregue junto com o mesmo, a garantia à assistência técnica de fábrica, e garantia do fabricante contra defeitos de fabricação, pertencem ao veículo, tudo isto é regulamentado por lei.

O raciocínio utilizado é o seguinte: ao contratar bens e serviços como destinatária final, a Administração caracteriza-se como consumidora, beneficiando-se das proteções inerentes ao CDC. Esse Diploma, por sua vez, predispõe que o fornecedor e o fabricante são solidariamente responsáveis pelos produtos que disponibilizam.

Assim sendo, o Código de Defesa do Consumidor, estabelece a responsabilidade solidária ao fornecedor ou fabricante para a garantia do produto ou serviço, in verbis:

“Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenua a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, **todos responderão solidariamente pela reparação** prevista nesta e nas seções anteriores.

E ainda, o artigo 24 vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com o fabricante:

“Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor”.

Ademais, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu art. 18 é claro ao estabelecer responsabilidade solidária do fabricante e do fornecedor dos produtos e o art. 14 da mesma Lei, o que traduz a responsabilidade do fornecedor (entenda-se a licitante que ofertou a proposta no certame) independente da existência de culpa aos serviços prestados.

Tudo isto, já fora observado pela 13ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em decisão judicial. Vejamos:

" ... Não colhe o argumento de que a empresa vencedora não tem condições de fornecer a mesma garantia que a concessionária, pois a garantia se refere ao produto e não ao adquirente, e deve atender as exigências do Código de Defesa do Consumidor, em qualquer caso.... CYNTHIA

THOMÉ Juíza de Direito" (PROCESSO

0012538- 05.2010.8.26.0053 (053.10.012538-0) – MANDADO DE SEGURANÇA.

De igual teor é o raciocínio utilizado no julgamento do **Processo: TC-586/989/18**, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio do **Douto Conselheiro Antônio Roque Citadini**, assim decidiu:

(.....)

Como está assentado na instrução processual, **os veículos “novos” ou “0 km” têm assegurado pelo fabricante, tanto a garantia, quanto a assistência técnica, ainda que comercializados por revendedores autorizados.**

(.....)

Pelas razões expostas, *meu voto considera procedente a representação e determina à PREFEITURA DE INDAIATUBA, que retifique o edital do Pregão Presencial nº 002/2018, no seu subitem 4.1.2, eliminando a exigência de primeiro emplacamento pela Prefeitura, excluindo, assim, o dirigismo da licitação unicamente à concessionárias.*

O raciocínio que se extrai das disposições do código de defesa do consumidor, é que ao final e ao cabo a administração estará resguardada por todos aqueles que integram a cadeia de entrega, haja vista que a responsabilidade é solidária.

Outrossim, curial lembrar que a vencedora do certame se vincula à prestação da garantia e assistência técnica, e caso ocorra o inadimplemento contratual, a administração possui outros meios legais para compeli-la à cumprir a obrigação, inclusive com a aplicação e penalidades administrativas.

Assim sendo, e restando comprovado que a oferta da **PRESTARE** foi formulada em plena consonância com as especificações determinadas no instrumento convocatório que a própria municipalidade elaborou, pautada na legalidade esta administração deverá MANTER A CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA.

Portanto, no caso dos autos percebe-se o mero casuísmo da parte inconformada, razão pela qual deverá ser **INTEGRALMENTE INDEFERIDO** o recurso da empresa **SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA.**

3- DO PEDIDO

Ante todo o exposto, **Requer:**

- a) Seja declarado **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** o Recurso apresentado pela empresa **SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA**, haja vista que a empresa **PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME** atendeu a todas as especificações encartadas no edital de licitação.
- b) Seja **MANTIDA A DECISÃO ORIGINAL** que que aceitou a proposta da empresa **PRESTARE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME**, por ter atendido a todas as exigências do instrumento convocatório.

Termos em que, PEDE DEFERIMENTO.

Ribeirão Preto/SP, em 27 de dezembro de 2023.


PRESTARE COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
PROPRIETÁRIA
ACLERI CRISTINA MIRANDA
RG: 25.299.813-3
CPF: 784.364.941-72

23.228.367/0001-62
PRESTARE COMÉRCIO
DE VEÍCULOS LTDA
Rua Antônio Moisés Saadi, 470-Sala 01
Pq. Industrial Lagoinha-CEP 14.095-23
RIBEIRÃO PRETO - SP.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Eletrônico nº: 053/2023

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo tipo ambulância, zero quilometro, destinada a Secretaria de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR

PARECER JURÍDICO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa Prestare Comércio de Veículos LTDA - ME a qual questiona a validade do documento CCT (comprovante de Capacitação Técnica) apresentado pela empresa RENOVA MOTORS LTDA.

Em seu questionamento afirma que a empresa apresentou o CAT que comprova apenas a transformação de uma van furgão em van passageiro minibus 15+1, que tornaria a comprovação de objeto distinto do requerido em edital, qual seja ambulância.

Em análise observa-se que assiste razão ao recorrente, devendo ser excluída a proposta da empresa RENOVA MOTORS LTDA, isto pois não comprovou os documentos exigidos em edital, qual seja comprovação do CCT (comprovante de Capacitação Técnica); Tendo em vista que os documentos trazidos pela empresa Renova Motors LTDA não comprova o preenchimento da exigência de capacitação técnica prevista no edital.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



01/11/2022 09:13

SEVMINFRA - 6289801 - Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA VIÁRIA
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR

CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 1490/2022/COSEV-SENATRAN/CGSV-
SENATRAN/DSEG-SENATRAN/SENATRAN

Brasília, 03 de outubro de 2022.

A Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), em cumprimento ao que dispõe a Portaria nº 990/22 da SENATRAN, concede com base na documentação apresentada, constante do processo nº 50000.030259/2022-77 SENATRAN, o presente CERTIFICADO, a **VRIO SOLUCOES SERVICOS DE MONTAGENS MOVEIS EIRELI**, CNPJ nº 20.351.700/0001-38 referente ao veículo abaixo especificado:

MARCA/MODELO/VERSÃO: RENAULT/MASTER PL3 VRIOP
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO: 400282
MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: RENAULT/MASTER PRO L3
CÓDIGO MARCA/MODELO/VERSÃO ORIGINAL: 300327
ESPÉCIE/TIPO: PASSAGEIRO/MICRO-ÔNIBUS
CARROÇARIA: NENHUMA
LOTAÇÃO: CONDUTOR + 15 PASSAGEIROS
CAPACIDADE DE CARGA: 1,333 t
PBT: 3,700 t
CMT: 3,700 t
QUANTIDADE DE EIXOS: 02
FABRICANTE: RENAULT DO BRASIL S.A.
TRANSFORMADOR: VRIO SOLUCOES SERVICOS DE MONTAGENS MOVEIS EIRELI
PAÍS DE FABRICAÇÃO/ORIGEM: BRASIL
IDENTIFICADOR INTERNACIONAL DO FABRICANTE (WMI): 93Y
CÓDIGO(S) VIN: *****

A empresa recorrente ainda questiona possíveis penalidades em desfavor da Empresa Smart, a qual teria impedimento de participar da licitação.

Vejamos o artigo 87, da lei 8.666 prevê as penalidades aplicáveis às empresas inadimplentes, destacando o inciso III o qual explana acerca da suspensão temporária.

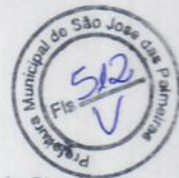
Entretanto a penalidade restringe aos atos da autoridade que aplicou a penalidade.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Entendimento também aplicado na Lei 13.303/2016, que prevê que os efeitos da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora se dão exclusivamente com a entidade sancionadora, não podendo previsão editalícia estender os efeitos da sanção para toda a Administração Pública.

Destaca-se também o artigo 156 da Nova Lei de Licitações:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

III - impedimento de licitar e contratar;

(...)

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Há também entendimento do TCE/PR no mesmo sentido:

O Acórdão nº 2788/2019 - Plenário do TCU fixa que a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, prevista no inciso III do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93, produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante.

O Acórdão nº 156/19 - Tribunal Pleno do TCE-PR (Processo nº 26357/19), refere-se à homologação de medida cautelar concedida monocraticamente no sentido de que a extensão da pena é restrita.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Na análise definitiva de mérito desse mesmo processo - Acórdão nº 3175/19 - Tribunal Pleno -, o TCE-PR assentou o posicionamento restritivo.

O Acórdão nº 1942/19 - Tribunal Pleno do TCE-PR (Processo nº 677665/19) fixa o entendimento de que a sanção de suspensão de participar de licitações se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

Por essa razão a suspensão em participar de licitações na cidade de Itativa e Santa Cruz do Rio Pardo não impede a empresa de participar no Município de São José das Palmeiras.

Ante o exposto essa Assessora Jurídica manifesta-se pelo deferimento em parte do recurso apresentado pela empresa Prestar Comércio de Veículos LTDA – ME.

Opinando pela desclassificação da empresa Renova Motors LTDA, por não cumprir requisito previsto no edital de licitação.

E não acatamento em relação a suspensão de licitar referente a empresa Smart MG Com. E Rep LTDA

São José das Palmeiras- PR, 09 de janeiro de 2024.



Documento assinado digitalmente
GESSICA NATANA FERREIRA CABRAL
Data: 09/01/2024 14:57:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GÉSSICA NATANA FERREIRA CABRAL
Assessora Jurídica



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Eletrônico nº: 053/2023

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo tipo ambulância, zero quilometro, destinada a Secretaria de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR

PARECER JURÍDICO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa Shark Licitações, Serviços e Transportes LTDA a qual questiona que nenhuma das empresas classificadas no certame apresentaram comprovante de homologação de transformação pela montadora, e não poderiam cumprir o item 28.2.12 do edital, o qual se refere a garantia.

Em análise observa-se que no edital consta que é obrigatória o fornecimento de garantia de fábrica, e para que tal garantia seja mantida deverá ser cumprido os requisitos previstos na Lei Federal nº 6.729/1979, conhecida como Lei Ferrari, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

E para que a fabricante mantenha a garantia ativa no caso da transformadora do veículo, deverá ser devidamente homologada (a transformação) pela Engenharia da Montadora.

A título de esclarecimento, não pode ser considerado a exigência de tal requisito como restrição na participação, tendo em vista que a



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Constituição Federal em seu artigo 170, parágrafo único prevê a regulamentação da atividade econômica por Lei Especial, sendo deste modo recepcionada pelo texto constitucional.

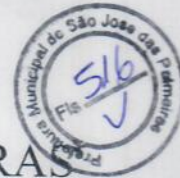
Destaca-se que a exigência de garantia de fábrica é para salvaguardar o interesse público (economicidade a longo prazo) na aquisição dos veículos.

Observando as licitações realizadas pelo Governo Federal/Ministério da Saúde, dentre vários outros órgãos é exigido a garantia de fábrica.

Vejamos:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PEC Nº :15673
SIPAR: 25000.468699/2017-99
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data: 30/01/2018
Horário: 09:00 (horário de Brasília)
Local: <http://www.comprasnet.gov.br>



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

7. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES (Qualificação Técnica)

7.1 Para fins de comprovação da capacidade técnica as licitantes deverão apresentar:

7.1.1 Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter o licitante realizado ou estar realizando, fornecimento pertinente e compatível em características, natureza, volume, quantidade, prazos e outros dados característicos com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória;

7.1.2 Certificado de Garantia expedido comprovando que a transformação é devidamente homologada pela Engenharia da Montadora, não alterando a garantia do veículo solicitada no descritivo conforme modelo sugerido no



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PEC Nº: 19433
SIPAR: 25000.457581/2017-35
Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO POR ITEM**
Data: 18/06/2018
Horário: 09:00 (horário de Brasília)
Local: <http://www.comprasnet.gov.br>

A União, por intermédio do Departamento de Logística em Saúde – DLOG da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 01, de 02/05/2018, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

(...)

7. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES (Qualificação Técnica)

7.1 Para fins de comprovação da capacidade técnica as licitantes deverão apresentar:

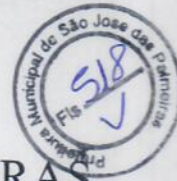
7.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter o licitante fornecido veículos transformados em ambulâncias em quantitativo mínimo de 5% do total desta ata de registro de preços no período de um ano, em contratação única ou em contratações diversas.

7.1.2 Declaração de Garantia da Montadora comprovando que a transformação é devidamente homologada pela Engenharia da Montadora, não alterando a garantia do veículo solicitada no descritivo, conforme modelo no apêndice II.

Por essa razão esta Assessora Jurídica opina por acatar o recurso oferecido pela empresa Shark Licitações, Serviços e Transportes LTDA,



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



devendo ser observado a exigência de cumprir requisitos necessários para o fornecimento da Garantia de Fábrica pelas demais participantes do certame.

São José das Palmeiras- PR, 10 de janeiro de 2024.



Documento assinado digitalmente

GESSICA NATANA FERREIRA CABRAL

Data: 10/01/2024 13:06:57-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

GÉSSICA NATANA FERREIRA CABRAL
Assessora Jurídica



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 10 de janeiro de 2024.

AO

SR. NELTON BRUM

MD. Prefeito Municipal

Ref. Pregão Eletrônico nº 053/2023

Venho através deste encaminhar os seguintes documentos:

- Recurso administrativo interposto pela empresa SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA;
- Recurso administrativo e Contra Razão apresentado pela empresa PRESTARE COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA;
- Pareceres jurídicos elaborado pela Sra. Gêssica Natana Ferreira Cabral, Assessora Jurídica do Município de São José das Palmeiras.;

Diante da necessidade em dar continuidade ao processo solicito sua **derradeira manifestação.**

Segue anexo os documentos acima citados.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**PROCESSO LICITATÓRIO Pregão
Eletrônico nº: 053/2023**

OBJETO: Aquisição de 01 (um)
veículo tipo ambulância, zero
quilometro, destinada a Secretaria de
Saúde do Município de São José das
Palmeiras – PR

DESPACHO

Concerne o presente recurso administrativo apresentado pela empresa Shark Licitações Serviços e Transportes LTDA a qual questiona que nenhuma das empresas classificadas no certame apresentaram comprovante de homologação de transformação pela montadora, e não poderiam cumprir o item 28.2.12 do edital, o qual se refere a garantia.

E recurso administrativo apresentado pela empresa Prestare Comércio de Veículos LTDA a qual questiona a validade do documento CCT (comprovante de Capacitação Técnica) apresentado pela empresa RENOVA MOTORS LTDA. Em seu questionamento afirma que a empresa apresentou o CAT que comprova apenas a transformação de uma van furgão em van passageiro minibus 15+1, que tornaria a comprovação de objeto distinto do requerido em edital, qual seja ambulância.

E questiona também possíveis penalidades em desfavor da Empresa Smart MG Comercio & Representação LTDA, a qual teria impedimento de participar da licitação.

Após entrega dos recursos administrativos, a Assessoria Jurídica, esta se manifestou favorável aos questionamentos da empresa Shark e entendeu que os apontamentos da empresa Prestare Comercio e Representação LTDA mereciam prosperar em partes.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Em análise dos casos apresentados, acolho a opinião da Assessora Jurídica, devendo ser observado as empresas que possuem condições de apresentar garantia de fábrica.

Decido que a empresa Renova Motors LTDA não tem capacidade técnica comprovada.

Decido que a empresa Smart MG Com. E Rep LTDA não tem impedimento/ suspensão de licitar no Município de São José das Palmeiras – PR, entretanto não possui capacidade técnica comprovada.

Por fim, decido que a empresa Prestare Comercio e Representação LTDA, também não possui capacidade técnica comprovada.

São José das Palmeiras – PR 11 de janeiro de 2024.



NELTON BRUM

Prefeito Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 12/01/2024 10:44:33

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SHARK LICITACOES, SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**
CNPJ: **45.721.815/0001-06**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

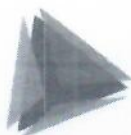
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado (10/08/2024) - Prefeitura Municipal de Cascavel (PR)

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Detalhes do Impedido de Licitar

[Voltar](#)**Dados do sancionado**

Tipo documento CNPJ Número documento 45.721.815/0001-06

Nome Shark Licitações, Serviços e Transportes Ltda

Informações Gerais

Município CASCAVEL

Situação: Vigente

CNPJ Entidade 76.208.867/0001-07

Entidade MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Órgão

Cargo da autoridade Responsável prefeito municipal

Nº Processo Sanção 21022/2023

Nº Processo Licitatório 88/2022

Tipo de Sanção Proibição de Contratação com o Poder Público

Fundamento Legal art. 7º da Lei nº 10.520/02

Descr. Fundamento Legal Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Sanção/motivo SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar em licitação e impedimento de contratar ou subcontratar com o Município de Cascavel e descredenciamento do sistema

Observação complementar

Data da publicação do ato que impõe a sanção 10/11/2023

Data Ato 10/11/2023

Nome veículo divulgação Jornal O Parana ed 14221

Tipo de Ato Declaratório comunicado

Número do Ato Declaratório 1 Ano do Ato Declaratório 2023

Tipo de Impedimento: ☒ Prazo Determinado ☐ Prazo Indeterminado

Data início impedimento 10/11/2023

Data fim Impedimento 10/08/2024

Usuário não logado. Para acessar o sistema utilize o botão ao lado.

[Acessar](#)